



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO  
Avenida Brasília, S/N - Bairro Santa Terezinha  
Lagarto-SE, CEP 49400-000  
- <http://hul.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23817.016301/2024-31

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a contratação direta, através de Dispensa de Licitação, com base Legal no art. 29, II da Lei nº 13.303/2016 e art. 79, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH - RLCE, para **contratação de empresa especializada para ministrar curso de trabalho em altura, conforme a Norma Regulamentadora nº 35** (dispensa de licitação), para atender às necessidades do Hospital Universitário de Lagarto (Hospital Universitário Mons. João Batista de Carvalho Daltro) - HUL/UFS/EBSERH, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas expressas em neste instrumento.

**2. DOS QUANTITATIVOS**

2.1. Os serviços de que trata este Termo de Referência são referente ao total de 01 (uma) turma de treinamento para participação de no mínimo 12 colaboradores.

Item	CatSer	Descrição	Carga Horária	Turmas	Qde. mínima de alunos
1	21172	Curso de NR 35-Trabalho em Altura	8:00	1	12

2.2. Está prevista inicialmente a distribuição de vagas conforme Quadro II:

QUADRO II - DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS		
ÁREAS	PARTICIPANTES	VAGAS
Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho - USOST	Membros do serviço de segurança do trabalho;	4
Setor de Infraestrutura Física - SIF	Equipe técnica de arquitetura e engenharia; Membros da área administrativa que sejam da Equipe de Fiscalização do Contrato de empresas prestadoras de serviço que desempenhem trabalho em altura.	7
Unidade de Patrimônio	Membro designado para realizar inventário dos bens localizados no teto/cobertura do HUL-UFS	1

**3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Apesar de ser considerada uma edificação térrea, o Hospital Universitário possui toda uma estrutura no teto que é essencial ao bom andamento dos processos previstos para a edificação. A estrutura de telhado/laje do hospital, os equipamentos de refrigeração/climatização, os quadros de distribuição elétrica, os painéis fotovoltaicos, os extintores de incêndio, todos eles requerem a presença de profissionais do SIF, e da USOST e Unidade de Patrimônio. Vale ressaltar que logo no momento do acesso ao pavimento superior, os profissionais desses setores realizam o acesso por meio de escadas do tipo marinho com altura superior a 2,0 metros, o que naturalmente já implica em risco de queda e torna necessário o treinamento de trabalho em altura a todos os envolvidos, conforme NR-35.

3.1.1. Em caso de impossibilidade dos profissionais de SIF, USOST acessarem a área superior do HUL-UFS por falta de um treinamento obrigatório, como é o caso do Treinamento de Trabalho em Altura, conforme a NR-35, as estruturas e/ou equipamentos mal mantidos podem colocar em risco a segurança dos ocupantes da edificação bem como a continuidade das atividades hospitalares.

3.1.2. Importante salientar que os membros de Equipe de Fiscalização de Contrato que fiscalizem empresas que realizem atividades na área superior do HUL-UFS (ex: manutenção predial, manutenção de climatização, manutenção de painel fotovoltaico) ou ainda de trabalho em altura superior a 2,0 metros com riscos de queda, são responsáveis pela verificação in locu não somente pelo serviço contratado, mas também pelo cumprimento das normas de Saúde e Segurança do Trabalhador na execução das atividades, sendo portanto benéfico que esses tenham pleno conhecimento sobre o teor da NR 35.

3.2. Viabilizar o treinamento de acordo com os critérios estabelecidos "Norma Regulamentadora nº 35 Trabalho em Altura (NR-35)" visa:

3.2.1. Promover a segurança e a saúde dos trabalhadores do HUL-UFS que, direta ou indiretamente, executam e/ou fiscalizam atividades em altura superior a 2,0m de altura onde haja risco de queda.

3.2.2. Promover o atendimento a legislação vigente.

3.2.3. Favorecer a continuidade das atividades assistenciais e de ensino.

3.2.4. Divulgar os requisitos mínimos e as medidas de proteção envolvendo o planejamento, a organização e a execução do trabalho em altura no HUL-UFS

3.2.5. Promover melhorias no planejamento de contratações e fiscalização contratual.

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. Os serviços apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.

4.2. O procedimento para a aquisição será conduzido por Dispensa de Licitação por disputa, critério de julgamento menor preço unitário

(turma), nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Rede Ebserh - RLCE 2.0.

4.3. É importante que por se tratar de um treinamento que será do tipo "in Company", são aguardados bons resultados já que os colaboradores poderão aprender no próprio espaço onde ocorrerá o trabalho em altura.

4.4. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Termo de referência, seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Termo de Referência e seus Anexos.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

5.1.1. Atestado de Capacidade Técnica, que comprove já ter fornecido os produtos da natureza do objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais.

5.1.2. A contratada deve comprovar proficiência no assunto, sob a responsabilidade de profissional qualificado em segurança no trabalho;

5.2. **HABILITAÇÃO:**

5.2.1. Será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal (Receita Federal e PGFN, e FGTS) e trabalhista, Incisos II e III, Art. 6º

5.2.2. Caso o fornecedor não esteja com o cadastro no SICAF atualizado, o colaborador deste órgão poderá consultar as certidões através da internet para acompanhamento das suas regularidades.

5.2.3. Qualquer documento habilitatório poderá ser solicitado diretamente ao fornecedor.

6. **REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO**

6.1. A forma de fornecimento será detalhada no Item 8. Modelo de Execução do Objeto.

7. **NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

7.1. O contrato será formalizado mediante emissão de nota de empenho, considerando as hipóteses previstas no art. 152 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. Os treinamentos deverão ser realizados "In Company" nas instalações da empresa CONTRATANTE, conforme cronograma a ser definido pelo HUL-UFS, considerando o agendamento do treinamento com no mínimo 10 dias corridos de antecedência.

8.2. O treinamento deverá conter no mínimo o conteúdo abaixo:

8.2.1. Parte teórica

- a) normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
- b) Análise de riscos e condições impeditivas;
- c) Sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva;
- d) NR6 - Seleção, Inspeção, Conservação e Limitação de uso dos EPIs para trabalho em altura ;
- e) Sistemas e procedimentos PT e APR;
- f) acidentes típicos em trabalhos em altura;
- g) Medidas de prevenção e controle de riscos para trabalhos em altura;
- h) Acidentes típicos em trabalhos em Altura.

8.2.2. Parte Prática

- a) Aprendizado de nós;
- b) Uso correto e boas práticas na utilização do cinto de segurança e seus acessórios;
- c) Instalação e deslocamento de linha de vida;
- d) Comentários sobre Instalações de pontos de fixação;
- e) Comentários sobre utilização de andaimes;
- f) Sistemas de ancoragem;
- g) Condutas em situações de emergência, noções de técnicas de resgate e de primeiro socorros;
- h) Aplicação de avaliação de conhecimento

8.2.3. Aspectos básicos comuns a todos os treinamentos, salvo quando houver outra indicação:

- a) Horário: entre 8h e 17h, podendo iniciar e terminar em qualquer horário, desde que a carga horária máxima seja de 8h/dia;
- b) Material didático a cargo da CONTRATADA.
- c) Equipamentos de demonstração e uso em treinamento a cargo da CONTRATADA, em quantidade, especificação e qualidade compatível com o treinamento a ser ministrado;
- d) Emissão de Certificado de Conclusão.

8.2.4. O local do treinamento deverá ocorrer nas instalações da CONTRATANTE, na cidade de Lagarto-SE.

8.2.4.1. A CONTRATANTE disponibilizará sala de aula adequada para acomodar o treinamento.

8.2.4.2. A CONTRATADA será responsável por:

a) providenciar os recursos tecnológicos necessários ao treinamento (ex: notebook, datashow e etc)

b) disponibilizar equipamentos para aulas práticas

8.2.5. O treinamento prático deverá atender todos os critérios de segurança exigidos pelas normas e legislações aplicadas a segurança e saúde do trabalhador.

8.2.6. A CONTRATADA deverá aplicar técnicas adequadas de ensino, empregar recursos didáticos capazes de despertar o interesse dos alunos e realizar demonstrações de técnicas a serem empregadas.

8.2.6.1. Quando o conteúdo programático mínimo exigir aulas ou exposições práticas, a CONTRATADA deverá ofertar todo e qualquer tipo de equipamento e/ou dispositivo, de ótima qualidade e conservação de uso.

8.2.7. A CONTRATADA deverá cumprir os horários e a carga horária previamente estabelecidos, de segundas-feiras às sextas-feiras

8.2.8. Os Certificados de Conclusão deverão conter os seguintes dados:

a) nome completo do treinando com CPF;

b) carga horária;

c) período de treinamento;

d) nome, habilitação e registro do instrutor;

e) norma aplicada;

f) Conteúdo programático.

8.2.9. Os Certificados individuais, assinados pelo instrutor, deverão ser entregues a Unidade de Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho - SOST em até 7 (sete) dias úteis após o encerramento do treinamento.

8.2.10. Alterações no cronograma dos treinamentos poderão ser solicitadas pela HUL-UFS à CONTRATADA em até 48 horas antes do início dos mesmos, sem quaisquer prejuízos ao conteúdo ou aos custos dos treinamentos.

8.2.11. Os treinamentos deverão ser desenvolvidos especificamente para o HUL-UFS.

8.2.12. Os valores referentes ao material didático, fornecimento de equipamentos e outros custos relacionados aos treinamentos devem estar incluídos na proposta.

8.2.13. Os instrutores devem possuir capacitação, habilitação e experiência em ministrar treinamentos objeto dessa contratação. Desta forma, é necessária a comprovação por meio de cópia física, no mínimo 5 dias úteis antes da execução dos treinamentos, dos registros profissionais e do currículo. Caso o instrutor indicado pela CONTRATADA não apresente tais credenciais, outro instrutor deverá ser indicado, até o aceite formal do HUL

## 9. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

9.1. O Hospital Universitário de Lagarto designará formalmente gestor para acompanhar e fiscalizar as contratações referentes à capacitação dos colaboradores Ebserh, por meio de Portaria, a ser publicada em boletim de serviço.

9.2. A contratante acompanhará e fiscalizará a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.4. *A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme item 19 deste termo, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:*

9.4.1. *Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou*

9.4.2. *Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.*

9.5. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

9.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

## 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

10.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme quadro do item 18.3.

10.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.3.1. Não produzir os resultados acordados;

10.3.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

10.3.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10.5. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir o cumprimento do contrato dentro do planejamento
<b>Meta a cumprir</b>	100% de turmas realizadas
<b>Instrumento de medição</b>	Taxa de formação de alunos dentro do prazo contratual
<b>Forma de acompanhamento</b>	Emissão de certificados
<b>Periodicidade</b>	Final do contrato
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Total de turmas realizadas/total de turmas programadasx100
<b>Início da vigência</b>	Data da assinatura do contrato
	>=90% - > 100% do pagamento
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Entre 70 e 90% - > 90% do pagamento
	< 70% - > 70% do pagamento

## 10.6. DO PAGAMENTO

10.6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela empresa prestadora do curso em Liderança.

10.6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

10.6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

10.6.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.6.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos materiais efetivamente recebidos.

10.6.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6.8. Antes da emissão da nota de empenho e do pagamento será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

10.6.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.6.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.6.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias ao encerramento do curso nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.6.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, mesmo com as devidas notificações a empresa e comunicações aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal.

10.6.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.6.15. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela empresa prestadora do curso em Liderança.

10.6.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = (TX) / 365$  I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

11.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de Dispensa de Licitação, na forma eletrônica por disputa, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso II, art. 79, do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

11.2. Os itens objeto da presente contratação direta caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de

## 12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

### 12.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

12.1.1. O critério de julgamento será o de **menor preço unitário** para todos os itens, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

### 12.2. INTERVALO ENTRE LANCES:

12.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,75%**.

12.2.2.

### 12.3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

12.3.1. Para participação nesta Dispensa de Licitação, deverão ser observados:

a) as previsões constantes no art. 69 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;

b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;

c) o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos";

d) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;

e) o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)

VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

### 12.3.2. Não poderão disputar dessa dispensa de licitação:

12.3.2.1. Aquela que não atenda às condições deste Termo de Referência e seu(s) anexo(s);

12.3.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

12.3.2.3. Aquela que se enquadre em alguma das vedações previstas no art. 69 do RLCE 2.0, quais sejam:

12.3.2.3.1. suspensão no âmbito da Rede Ebserh;

12.3.2.3.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

12.3.2.3.3. impedida de licitar e de contratar com a União;

12.3.2.3.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

12.3.2.3.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

12.3.2.3.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

12.3.2.3.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

12.3.2.3.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

12.3.2.3.9. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

12.3.2.3.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

12.3.2.3.11. contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;

12.3.2.3.12. quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

12.3.2.3.13. integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

12.3.2.3.14. empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;

12.3.2.3.15. autoridade do Ministério da Educação;

12.3.2.3.16. autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

12.3.2.3.17. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a

Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

12.3.2.3.18. licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

12.3.2.3.19. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

12.3.2.3.20. Sociedades cooperativas.

12.3.2.3.21. As vedações previstas no item 3.13.3 serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

12.3.2.3.22. Será verificado o enquadramento dos licitantes como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas-2022.pdf>.

12.3.2.3.23. Ao participar da dispensa, o licitante declara estar ciente de que deve observar o Código de Ética e Conduta da rede Ebserh, disponível em [https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/etica-e-integridade/sobre-etica-e-integridade/cee\\_codigo\\_de\\_etica\\_jun2020.pdf](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/etica-e-integridade/sobre-etica-e-integridade/cee_codigo_de_etica_jun2020.pdf).

## 12.4. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

12.4.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

12.4.1.1. O licitante vencedor poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.4.1.2. Se o licitante vencedor for microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.4.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU - (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

c) Cadastro de Inadimplentes - CADIN, observado o disposto no art. 6º, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

12.4.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.4.4. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4.5. Caso se constate a existência das vedações transcritas como: impedimento de licitar e de contratar com a União; constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea; cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea; constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção e cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a EBSERH há menos de 6 (seis) meses, a inabilitação deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.4.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

12.4.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.4.8. Não ocorrendo a inabilitação, o agente de licitação prosseguirá com o exame aos demais documentos de habilitação do licitante.

12.4.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, **sendo considerados apenas os documentos exigidos para habilitação neste certame especificamente.**

12.4.9.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.4.9.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Licitação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12.4.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, desde que atestem condição pré-existente à época da abertura do certame ou atualizem documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação (Acórdãos TCU Plenário n.º 1211/2021, n.º 2.443/2021, n.º 966/2022 e n.º 988/2022).

12.4.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.4.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.13.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.4.14. Ressalvados os documentos de habilitação que constem do SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

**12.4.15. HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

12.4.16. Atestado de Capacidade Técnica, que comprove já ter fornecido os produtos da natureza do objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais.

12.4.17. A contratada deve comprovar proficiência no assunto, sob a responsabilidade de profissional qualificado em segurança no trabalho;

**12.4.18. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

12.4.18.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.4.18.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.4.18.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.4.18.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.4.18.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato onstitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.4.18.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.4.18.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

12.4.18.8. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, § 2º, do Decreto nº 7.775/2012.

12.4.18.9. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 (arts. 17 a 19 e 165). No caso de exercício de atividade de .....: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. .... da Lei Ou Decreto nº .....

12.4.18.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

**12.4.19. HABILITAÇÃO FISCAL, SEGURIDADE SOCIAL E TRABALHISTA:**

12.4.19.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.4.19.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.4.19.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.4.19.4. Caso alguma Certidão seja POSITIVA, a mesma somente será aceita, para efeito de habilitação, se contiver expressamente declaração passada pelo emitente do documento, que a licitante tomou as medidas legais de praxe e obteve o efeito NEGATIVO, nos termos do Código Tributário Nacional.

12.4.19.5. Caso o fornecedor detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.4.19.6. A validade das certidões relativas à comprovação da Qualificação Econômico-Financeira e da Regularidade Fiscal e Trabalhista, corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso essas não contenham expressamente o prazo de validade, o HUL/UFS/EBSEERH convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

12.4.19.7. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.4.19.8. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.4.19.9. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

### 13. ESTIMATIVA DE PREÇOS

13.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0](#).

13.1.1. Os valores estimados da contratação foram estabelecidos mediante ampla pesquisa de preços realizada segundo os parâmetros estabelecidos na [Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSERH](#).

### 14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Proporcionar todas as condições de estrutura física para a realização do curso;

14.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas, de acordo com este Termo de Referência, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.3. Responsabilizar-se pela organização do curso e verificação do serviço prestado;

14.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada com relação ao objeto da presente licitação.

14.5. Exercer fiscalização dos serviços contratados, por servidores especialmente designados para esse fim;

14.6. Notificar a contratada, por escrito, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execuções dos serviços, fixando prazo para sua correção;

14.7. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do contrato;

14.8. Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

14.9. Fornecer todas as orientações necessárias aos alunos inscritos, notadamente quanto a data, horário e local do curso, informando que não será permitida a entrada fora do horário pré-estipulado;

### 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos.

15.2. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus profissionais nesse sentido.

15.3. Enviar instrutores capacitados e qualificados, nas datas e horários previstos, para ministrar e realizar o curso;

15.4. Manter todas as providências necessárias ao fiel fornecimento e à prestação dos serviços contratados, dentre os quais material didático e outros essenciais ao treinamento.

15.5. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela contratante.

15.6. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio público em decorrência de ação ou omissão de seus profissionais ou representantes, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela contratante.

15.7. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus profissionais durante a prestação dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências da empresa, inclusive por danos causados a terceiros.

15.8. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus profissionais ou representantes, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato.

15.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

15.10. Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados.

15.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.

15.12. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

15.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, à exceção das autorizadas pela contratante.

15.14. Fornecer ao final do curso, aos alunos aprovados no curso o certificado de participação/habilitação, sendo facultado o envio através dos correios condicionada à aprovação da contratante;

15.15. Enviar todo o material didático e atinente ao curso, com antecedência suficiente para o aluno estudar e se preparar para o curso (caso haja);

15.16. Cumprir com todo o programa do curso, garantindo a realização integral da carga horária definida pelo contratante;

15.17. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

15.18. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, taxas, auxílio alimentação, impostos e quaisquer outras obrigações que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;

15.19. Executar os serviços conforme especificações deste termo de referência e proposta de preços apresentada;

15.20. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação

específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

15.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum evento caracterizado pelo art. 171 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

## 16. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

16.1. A demanda do curso NR 35 constitui como uma demanda foi identificada neste processo e autorizada a contratação de acordo com as demandas internas institucionais.

16.2. A contratação do treinamento tem fulcro no [Mapa Estratégico da Ebserh 2024 – 2028](#), no seguinte item:

- I - Pilar: Desenvolvimento do Trabalhador;
- II - Objetivo estratégico: Desenvolver estratégias de educação permanente e educação continuada.
- III - Valores: Ensino, pesquisa e inovação comprometidos com as necessidades do país;
- IV - Valorização do papel social do trabalho em saúde e dos trabalhadores.

## 17. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

### 17.1. Do tratamento de dados pessoais

17.1.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

17.1.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em [www.ebserh.gov.br](http://www.ebserh.gov.br)), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

17.1.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

17.1.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

17.1.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

17.1.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

## 18. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

18.1. Garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido neste Termo de Referência ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.

## 19. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação em tela.

## 20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

20.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

20.2. Em consonância com o art. 4º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)

II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

20.3. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

20.4. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;

relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

20.5. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2020, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Termo de Referência.

20.6. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

## 21. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

21.1. Os preços são fixos e irredutíveis

## 22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no contrato de objetivo para o exercício de 2024.

22.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos via crédito em conta, cujos dados bancários deverão ser informados no corpo da Nota Fiscal.

23. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

23.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

23.2. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio para aumentar a competitividade e possibilitar que empresas que isoladamente não teriam condições de disputar, possam participar do processo licitatório.

23.3. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

- 23.3.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 23.3.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;
- 23.3.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 23.3.4. demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste termo, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;
- 23.3.5. quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;
- 23.3.6. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;
- 23.3.7. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;
- 23.3.8. no caso de substituição de consorciado, deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

24. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

24.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

25. MATRIZ DE RISCOS

25.1. A presente contratação não prevê Matriz de Riscos.

26. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

26.1. Segue para apreciação da Gerência Administrativa.

27. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 27.1. Portaria SIT Nº 313 DE 23/03/2012
- 27.2. "Norma Regulamentadora 35 - Trabalho em Altura" da Secretaria do Trabalho, Ministério da Economia.

28. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

28.0.1. Não haverá exigência de garantia para a presente contratação.

29. DO REAJUSTE

- 29.1. *Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.*
- 29.2. *Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*
- 29.3. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*
- 29.4. *No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.*
- 29.5. *Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.*
- 29.6. *Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.*
- 29.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*
- 29.8. *O reajuste será realizado por Apostilamento ou Termo Aditivo.*

30. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

30.1. Previsto dezembro de 2024.

31. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; e
- e) cometer fraude fiscal.

31.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0:

31.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- 1) Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;
- 2) Multa:
  - a) moratória de 0,7% (sete centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
  - b) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 15% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
- 3) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:
  - a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
  - d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
  - e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
  - h) não mantiver a proposta; i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

31.4. As sanções previstas nos subitens 18.2.1.1. e 18.2.1.3. poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

31.5. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensados em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.

31.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.

31.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

31.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 32. DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo.

32.2. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da contratação.

32.3. Os casos omissos deverão ser submetidos à apreciação da Equipe de Planejamento da Contratação para deliberação.

## 33. ANEXOS

33.1. Os seguintes documentos integra este Termo de Referência

- a) Anexo I Declaração Menor (SEI nº [44288385](#))
- b) Anexo II Declaração de Fatos Impeditivos (SEI nº [44288442](#))

Designação da Equipe de Planejamento de Contratação Portaria - SEI 450 (SEI nº [43393797](#)), que designa a Equipe de Planejamento para Contratação de **contratação de empresa especializada para ministrar curso de trabalho em altura, conforme a Norma Regulamentadora nº 35**, a fim de atender às necessidades do Hospital Universitário de Lagarto - HUL Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro, UASG 155910.

Atenciosamente,

Equipe de Planejamento de Contratação

(assinado eletronicamente)  
**Rafael Bitencourt da Paz Rocha**  
Técnico de Segurança do Trabalho

(assinado eletronicamente)  
**Mark Douglas Sussumo Kikuchi**  
Engenheiro de Segurança do Trabalho

(assinado eletronicamente)  
**Ednaldo Almeida Souza**  
Chefe da Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho

Eu, Marconi de Almeida Nascimento, Gerente Administrativo do HUL-UFS/EBSERH, abaixo devidamente identificado, APROVO o presente Termo de Referência que visa a **contratação de empresa especializada para ministrar curso de trabalho em altura, conforme a Norma Regulamentadora nº 35**, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Lagarto/SE, filiado a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HUL/UFS/EBSERH, conforme condições, quantidades, exigências e condições constantes neste Termo de Referência ora aprovado.

(Assinado digitalmente)  
**Marconi de Almeida Nascimento**  
Gerente Administrativo  
Matrícula/SIAPE: 187\*\*\*\*



Documento assinado eletronicamente por **Ednaldo Almeida Souza, Chefe de Unidade**, em 14/11/2024, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Bitencourt da Paz Rocha, Técnico(a) em Segurança do Trabalho**, em 14/11/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mark Douglas Sussumu Kikuchi, Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho**, em 14/11/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marconi de Almeida Nascimento, Gerente**, em 14/11/2024, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **44288518** e o código CRC **39161168**.

**Referência:** Processo nº 23817.016301/2024-31 SEI nº 44288518